



PANORAMA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO RIO DE JANEIRO FORTALECENDO OS CBHS

Jacqueline Guerreiro

Rede de Educação Ambiental e Políticas Públicas

VIII ECOBRJ

**Eixo
Institucional**

**Políticas
Públicas
Estruturantes
de Educação
Ambiental**

**Plano de EA
do CBH**

**Educação
Ambiental
em Políticas
Públicas**

**Eixo
Participação
Controle Social**

VIA ECOBRU

EIXO INSTITUCIONAL

SISTEMA EA - ESFERA FEDERAL

Órgão Gestor da PNEA – Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação

Comitê Assessor do Órgão Gestor da PNEA – Órgão Consultivo e de Assessoramento

CT-EA CONAMA -Câmara Técnica de Educação Ambiental do CONAMA – Órgão Deliberativo (educação nas políticas ambientais – educação não-formal)

CNE - Conselho Nacional de Educação – Órgão Deliberativo (educação formal)

EIXO INSTITUCIONAL

SISTEMA EA – ESFERA ESTADUAL

Órgão Gestor da Política Estadual de Educação Ambiental – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Secretaria Estadual de Educação

CIEAs -Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental: sugerem a formulação de diretrizes, políticas e programas estaduais

CONSEMA -Conselho Estadual de Meio Ambiente: órgão deliberativo sobre educação ambiental não-formal

CEE -Conselho Estadual de Educação: órgão deliberativo sobre a Educação Ambiental nos sistemas de ensino

EIXO INSTITUCIONAL

SISTEMA EA – ESFERA MUNICIPAL

Órgão Gestor da Política Municipal de Educação Ambiental –
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Municipal de
Educação

CONDEMA - Conselho Municipal de Meio Ambiente

CME - Conselho Municipal de Educação

CIEAs municipais (CAOG – PMEAs)

ENTES NÃO PREVISTOS JURIDICAMENTE, COM ATUAÇÃO LOCAL E TERRITORIAL

Com-Vida – Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Escolas)

Coletivos Educadores

CNMA - Conferência Nacional do Meio Ambiente / Educação Ambiental (1997)

CNIJMA – Conferência Nacional Infanto Juvenil pelo Meio Ambiente

Redes de Educação Ambiental

CEAs – Centros de Educação Ambiental

Salas Verdes

CONTROLE INSTITUCIONAL

Interno (Administração, Controladorias)

Externo (Poder Judiciário, Poder Legislativo, Polícia Judiciária, Tribunal de Contas, Ministério Público)

EIXO PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Fragilidade na Cultura de Participação
no Brasil

Constituição de 1988/Legislação:
Instrumentos voltados para o fomento
da Participação em Processos Decisórios



Acesso à informação

Transparência

Prestação de contas

CONTROLE SOCIAL

Por meio da participação na gestão pública, os cidadãos podem intervir na tomada da decisão administrativa e, ao mesmo tempo, podem exercer controle sobre a ação do Estado, exigindo que o gestor público preste contas de sua atuação.

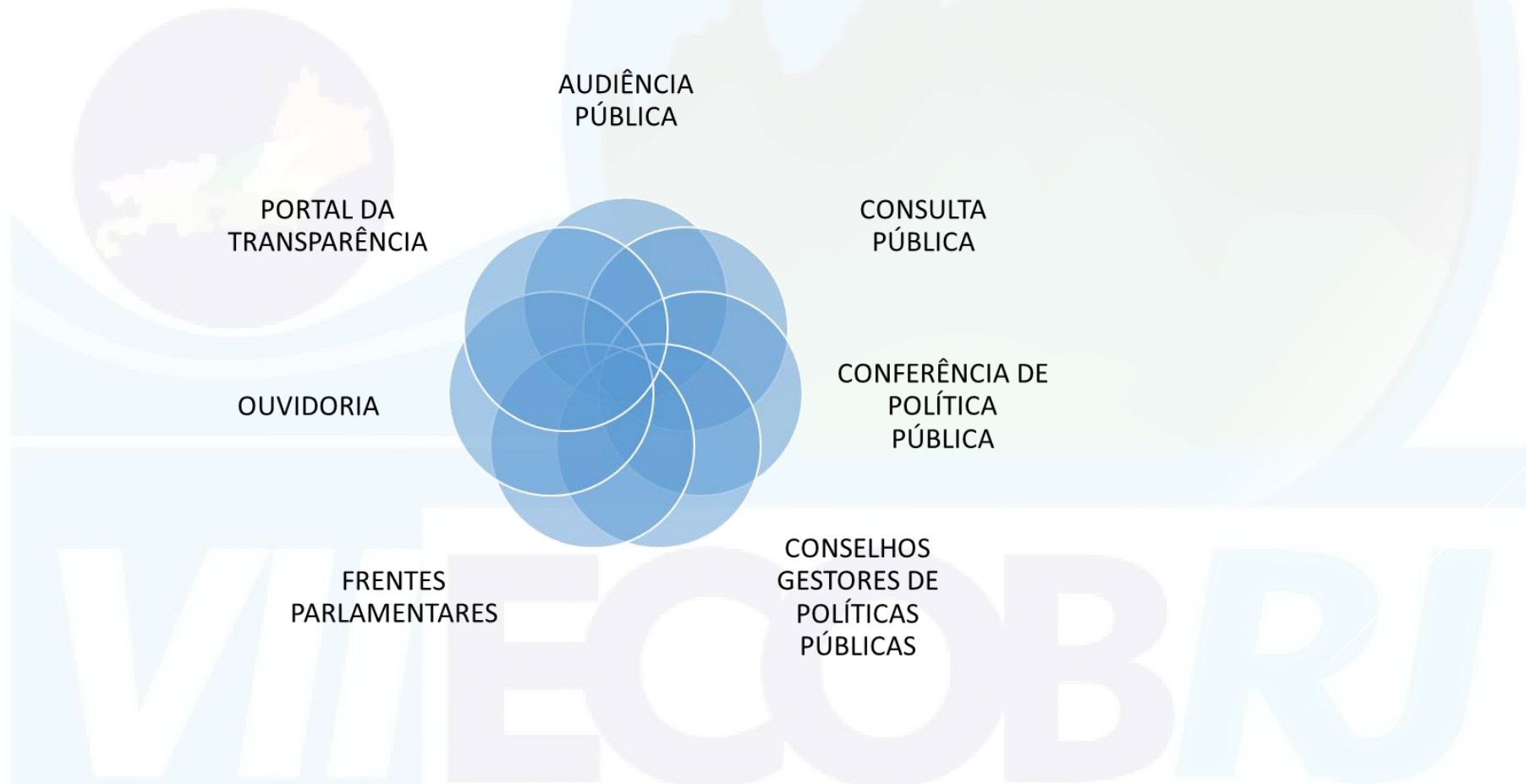


**Controle Social de Iniciativa do
Ente Público**

**Controle Social de Iniciativa da
Sociedade**

VII ECOBRU

Controle Social de Iniciativa do Ente Público



Controle Social de Iniciativa da Sociedade



AÇÕES INDIVIDUAIS DOS CIDADÃOS
MANIFESTAÇÕES COLETIVAS
GRUPOS SOCIAIS ORGANIZADOS
REDES SOCIAIS
OBSERVATÓRIOS
IMPrensa

MONITORAMENTO

SISTEMATIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE
INFORMAÇÕES – SISTEMA DE INFORMAÇÕES

DIVULGAÇÃO DE DADOS

ANÁLISES

ASSESSORAMENTO DE PESQUISADORES E ATIVISTAS

Construção de REDE DE GOVERNANÇA

OBSERVATÓRIOS

VII ECOBRU

OBSERVATÓRIOS

Permitir acessar, de modo fácil, um banco de dados com informações que lhes são necessárias para planejar, assessorar e debater.(Observatório de Barragens)

Promoção dos direitos de acesso à informação e de participação da sociedade civil no processo de tomada de decisão (Observatório do Clima)

“Como verificar se o Sistema está cumprindo o seu papel diante de sua finalidade?” (Observatório da Governança das Águas)

Propiciar efetividade do controle social e oferecer subsídios para qualificar a formulação, execução e aprimoramento de projetos (ObservaEA – Observatório Brasileiro de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental)

OBSERVATÓRIOS

Observatório Brasileiro de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas de Educação Ambiental - <https://www.funbea.org.br/anppea/>

Observatório do Canal do Cunha - <https://www.facebook.com/observatoriodocanaldocunha/>

Observatório de Governança das Águas - <http://www.observatoriodasaguas.org/>

Observatório do Clima - <http://www.observatoriodoclima.eco.br/>

Observatório Clima e Saúde - <http://www.climasaude.icict.fiocruz.br/>

Observatório da Política Nacional de Resíduos Sólidos - <http://observatoriopnrs.org/>

Observatório das Metrôpoles - <http://web.observatoriodasmetrololes.net/>

REDES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

- Troca de Saberes e Conhecimento
 - Tem maior flexibilidade frente a mudanças
 - Possibilita acomodar diversidade e diferenças
 - Cria condições para produção de conhecimento conjunto

IDENTIDADE

Carta de Princípios: Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (1992)

Política Nacional de Educação Ambiental

Programa Nacional de Educação Ambiental (4ª versão)*

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental

Carta da Praia Vermelha (VI Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, RJ, 2009)

Carta de Belém (VIII Fórum Brasileiro de Educação Ambiental , PA, 2014)

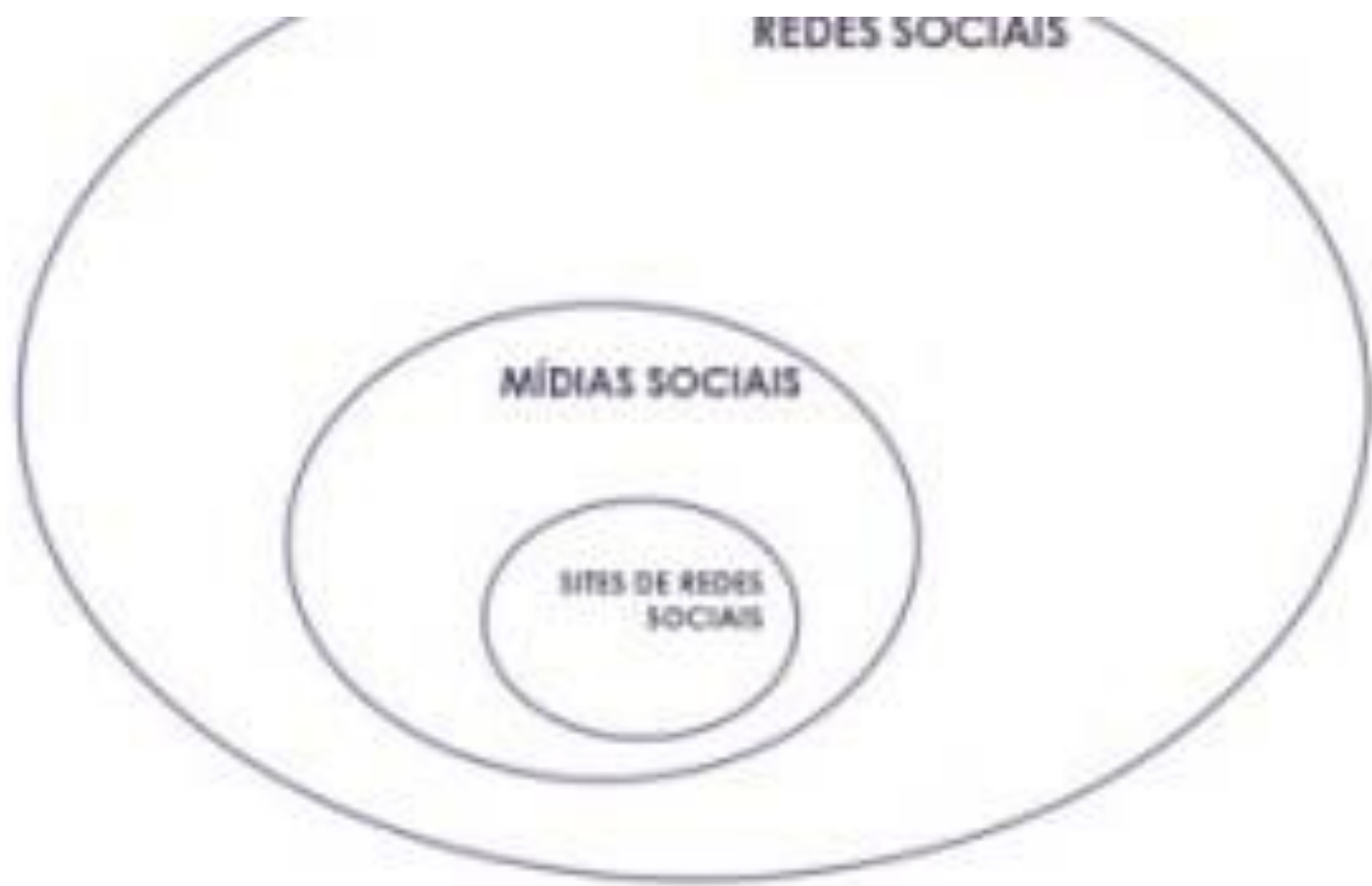
* A Revisão do ProNEA foi realizada em 2017 por iniciativa da Rede Brasileira de Educação Ambiental ,Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação.

O SITE DA REDE NÃO É A REDE*

A LISTA DE DISCUSSÃO DA REDE NÃO É A REDE

O GRUPO DO FACEBOOK NÃO É A REDE

O GRUPO DO WHATSAPP NÃO É A REDE



Redes sociais são meios de comunicação e/ou suas representações, independentemente de onde sejam.
Mídias sociais são conteúdos digitais (texto, áudio, vídeo) criados e/ou compartilhados por usuários em plataformas digitais.



REDE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO RIO DE JANEIRO

2017

Redes & Elos



Coletivo Educador de São Gonçalo



DEFENSORES DO PLANETA



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL



Rede de Educadores Ambientais de Niterói

Rede de Educação Ambiental da Primeira Infância





EIXOS DE ATUAÇÃO

Enraizamento da Educação Ambiental

Participação qualificada em Políticas Públicas

Fortalecimento dos espaços de controle social



Malha de REDES



REDES TERRITORIAIS

Rede de Educação Ambiental da Região dos Lagos

Rede de Educação Ambiental da Região do Lago São João

Rede de Educação Ambiental da Serra dos Órgãos

Rede de Educadores Ambientais da Baixada de Jacarepaguá

Rede de Educação Ambiental de Niterói

Rede de Educadores Ambientais da Baixada Fluminense: Elos Nova Iguaçu, Belford Roxo e Duque de Caxias

Rede de Educadores Ambientais do Médio Paraíba do Sul

Rede de Educação Ambiental da Zona Oeste

Rede de Educação Ambiental de São Gonçalo

REDES TEMÁTICAS

Rede Rampa de Acesso Livre

Rede JataiApis

Rede de Educação Ambiental da Primeira Infância

REDE DE JUVENTUDE

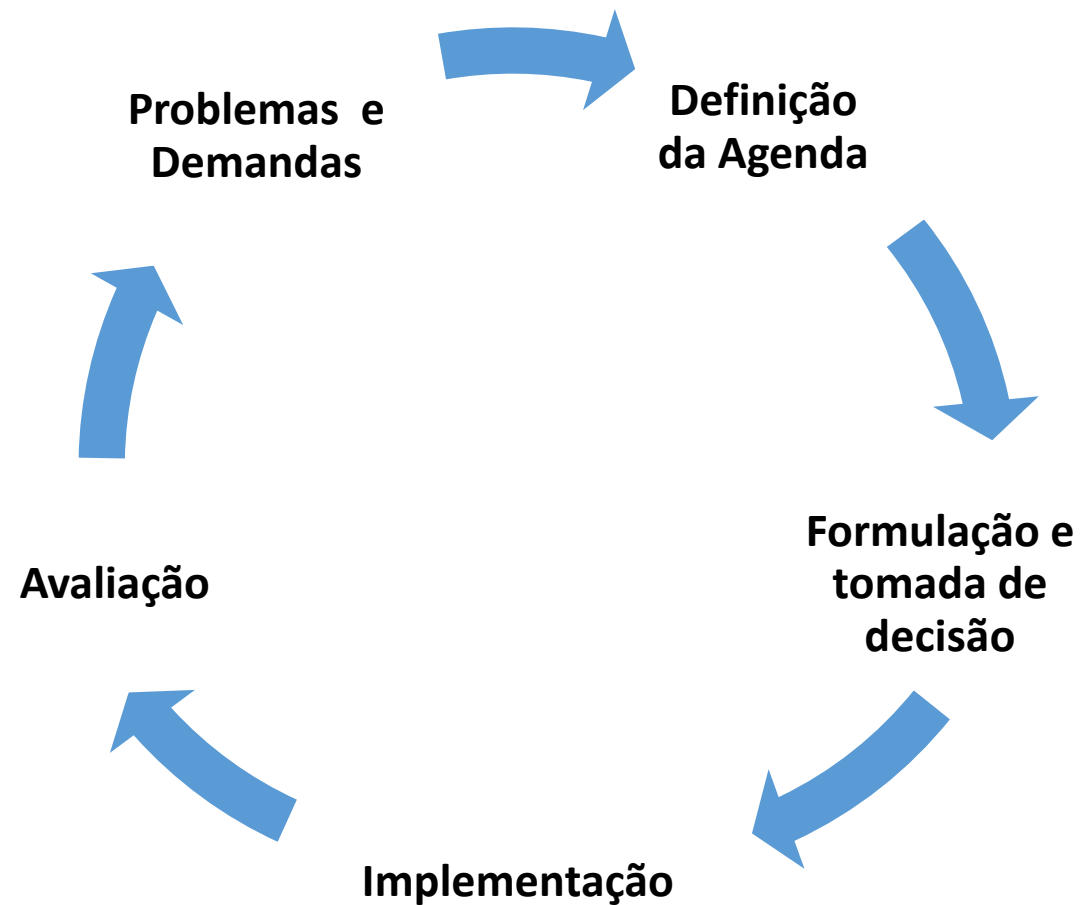
Rede Olhares da Juventude



Políticas Públicas

VII ECOBRU

CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS



CONCEITOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

ESTADOCÊNTRICAS

“Tudo que os governos decidem fazer ou deixar de fazer” (DYE, 2005)

MULTICÊNTRICAS

“Decisões e ações do governo e de outros atores sociais constituem o que se conhece com o nome genérico de políticas públicas” (HEIDEMANN, 2009, SOUZA, 2006, SECCHI, 2013)

Abordagem Multicêntrica de Políticas Públicas

Pluralidade

Protagonismo diverso

Problema público

Enfrentamento Coletivo



Políticas Públicas



PARA ALÉM DAS LEIS !

3 DIMENSÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS (Frey, 2000)

+

POLÍTICA DO COTIDIANO (Política de EA)

Análise do ciclo da política pública de EA a partir de 4 dimensões



Políticas Públicas Estruturantes de Educação Ambiental

Política Nacional de Educação Ambiental

Programa Nacional de Educação Ambiental

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental

Política Estadual de Educação Ambiental

Programa estadual de Educação Ambiental

PMEAs e ProMEAs

Diretrizes Curriculares Estaduais e Municipais para a Educação Ambiental

CBH - Plano de Educação Ambiental

Educação Ambiental em Políticas Públicas

Diretrizes para Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação

Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar

Instrução Normativa nº 02 do IBAMA

Política de Águas e Educação Ambiental

Estratégia Nacional de Educação Ambiental (EA) e Comunicação Social (CS) na Gestão de Resíduos Sólidos

Parâmetros e Diretrizes para a Educação Ambiental no contexto das Mudanças Climáticas causadas pela ação humana.

Educação Ambiental em Saneamento

POLÍTICAS E PROGRAMAS AMBIENTAIS E DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL RJ

<http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/1344808/prefeituras.pdf>

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.
Diretoria-Geral de Comunicação e Difusão do Conhecimento
Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento



ANÁLISE DE CONJUNTURA

VIIECOBRU

FORÇAS ATUANTES

Modelo civilizacional

Crise ambiental planetária

Vulnerabilidade

Ataques e retrocessos -Legislação Ambiental

Fragilização da Educação Ambiental

Fragilização dos espaços de controle social

DESAFIOS

TERRITORIALIDADE

ANCESTRALIDADE

SOBERANIA DOS POVOS E COMUNIDADES

NÃO-MERCANTILIZAÇÃO DA NATUREZA

JUSTIÇA AMBIENTAL

DIÁLOGOS DE SABERES

DIÁLOGOS INTERGERACIONAIS

DIVERSIDADES

INCLUSÃO

TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL

WILCOBRU

DESAFIOS INSTITUCIONAIS

CAMPO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

- Manutenção e fortalecimento dos espaços institucionalizados da EA
- Construção participativa de Políticas e Programas de Educação Ambiental nos Estados e Municípios
- O fortalecimento da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)
- A inserção da Educação Ambiental nos espaços decisórios e controle social
- Difusão e reflexão sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
- Difusão e Reflexão sobre a proposta de um Programa Nacional de Escolas Sustentáveis
- Fortalecimento das CIEAs e das CIMEAs
- Capacitação em EA para gestores e servidores públicos

DESAFIOS – LUTAS POPULARES CAMPO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

- ✓ ENGAJAMENTO
- ✓ TERRITORIALIDADE E IDENTIDADE
- ✓ FORMAÇÃO POLÍTICA – ANÁLISE DE CONJUNTURA
- ✓ PARTICIPAÇÃO EM ESPAÇOS DE CONTROLE SOCIAL
- ✓ CULTURA DE REDES
- ✓ SISTEMATIZAÇÃO DE SABERES E EXPERIÊNCIAS
- ✓ AVANÇOS DAS PAUTAS SOCIAIS - PERMEANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EA
- ✓ FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL



EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PERSPECTIVA DOS RECURSOS HÍDRICOS

VII ECOBRU

DIRETRIZES LEGAIS/INSTITUCIONAIS

Plano Nacional de Recursos Hídricos

Plano Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro

Objetivos do Plano de Bacia Hidrográfica / Plano de Educação Ambiental

Resolução nº 156 – CNRH

Resolução nº 5 – CNRH

Resolução nº 98 – CNRH

Resolução 422/2010 - CONAMA

Instrução Normativa nº 2 de 2012-IBAMA

Pressupostos dos Encontros Formativos Nacionais de Educação Ambiental e Gestão de Águas. CTEM-CNRH /ANA/MMA

PRINCÍPIOS

PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Água é direito humano fundamental

Água é um bem público

Valorização simbólica da territorialidade hídrica e o sentido de pertencimento

Cartografias de conflitos e vocações das territorialidades hídricas da Bacia

Comitê enquanto comunidade de aprendizagem

EIXOS DE AÇÃO – CTEMS E GTEAS

- Definição de Bacia Hidrográfica como território de atuação das políticas públicas
- Educação, Capacitação e Mobilização para o fortalecimento do SINGREH
- Educação Ambiental como ferramenta para o fortalecimento do Sistema de Governança na Gestão das Águas
 - Difusão da PNRH nos sistemas de ensino
 - **Elaboração do Plano de Educação Ambiental**
- **Elaboração de Matriz de Indicadores de Educação Ambiental**

INDICADORES

Propriedades desejáveis dos indicadores: (Jannuzzi, 2012)

- Relevância
- Especificidade
- Cobertura adequada
- Desagregabilidade
- Historicidade
- Confiabilidade
- Periodicidade na atualização
- Factibilidade para obtenção
- Inteligibilidade de sua construção
- Comunicabilidade

Comparabilidade

(dada a natureza do fenômeno de interesse – PPEA)

» Ao longo do tempo

Conhecer as tendências temporais.
Evolução no tempo

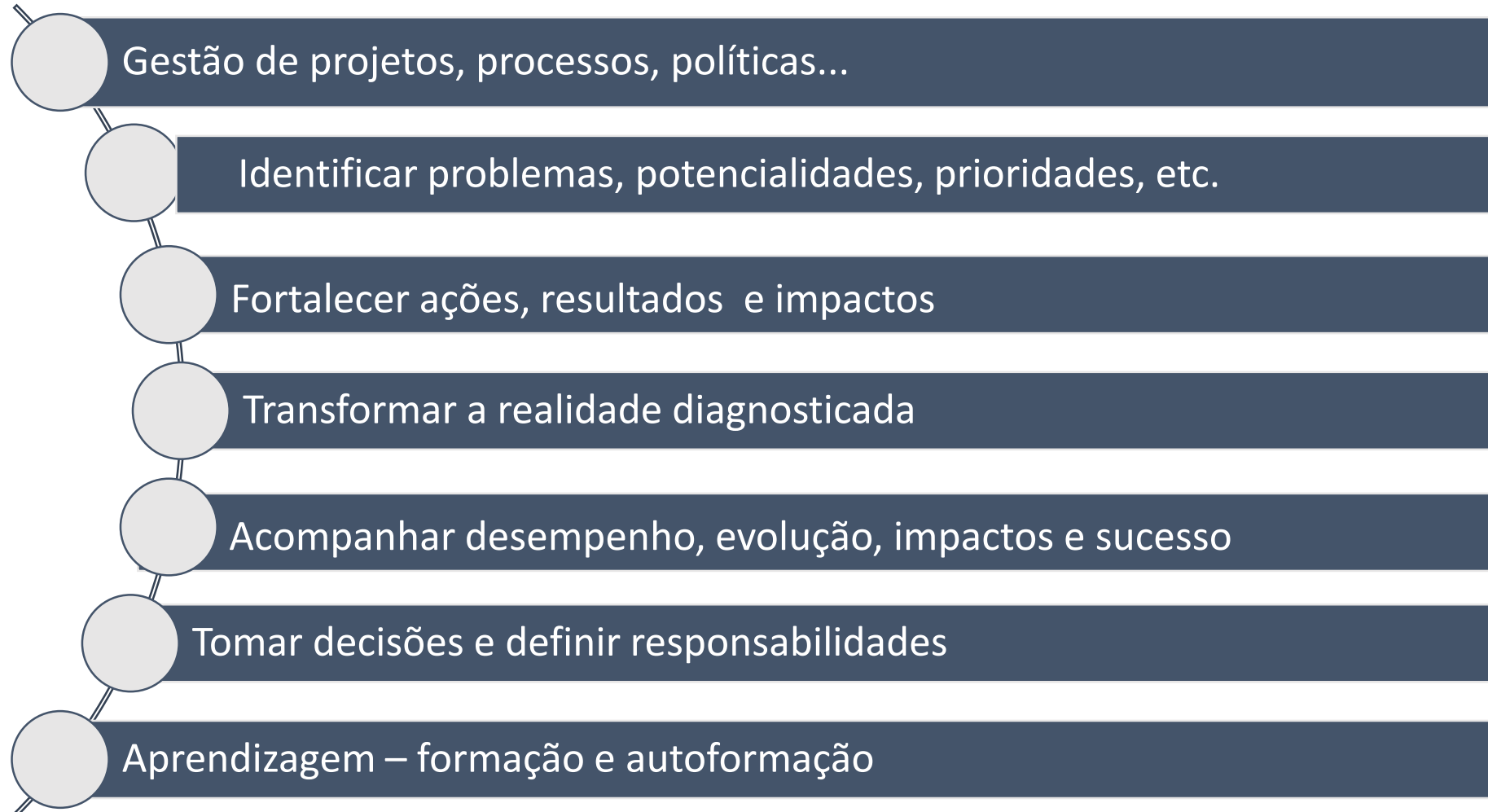
» No território

Entender a distribuição espacial
das ocorrências

» Em estratos de interesse

Entendendo as diferenças e
particularidades de cada grupo

Algumas contribuições do Monitoramento e Avaliação a partir dos indicadores



INDICADORES EM PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Nível : análise de mudanças de atitudes de agentes sociais capacitados

Fonte: C. F. Loureiro

Objetivo; Permite o acompanhamento das mudanças de atitudes, comportamentos e valores relativos aos problemas ambientais

Categorias:

- 1.Hierarquização dos problemas ambientais**
- 2.Representação sobre os problemas ambientais**
- 3.Soluções propostas para superar problemas ambientais**
- 4.Grau de conhecimento dos objetivos do projeto de que participa**

INDICADORES EM PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Círculo Virtuoso na Gestão Pública

- Descentralização
- Compartilhamento de responsabilidades
- Disseminação de valores democráticos
- Proposições político pedagógicas que induzem e estimulam uma educação para a sustentabilidade, participação e controle social

-(Luciano Barbosa)

INDICADORES EM PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Construção da Educação Ambiental como política pública

Definição de políticas públicas a partir do Diálogo

Participação cidadã

Articulação de diferentes atores sociais

Gestão territorial sustentável e educadora

Formação de Educadores Ambientais

Transparência Administrativa

INDICADORES EM PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

No Brasil estimulam o envolvimento de educadores em processos de políticas públicas mediados pelo diálogo.

O esforço do diálogo visa, sobretudo, à convivência genuína na diferença.

Visão participativa de políticas públicas que incentive encontros de pluralidades, mediados pelo diálogo, para suas construções.

Repolitização da vida comunitária.

Daniel Fonseca de Andrade

RESULTADOS DO DIAGNÓSTICO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

- **Ausência de um Sistema de Monitoramento, Avaliação e Indicadores**
- **Déficit na formação em políticas públicas de modo geral**
- **Necessidade e desafios de estratégias para a sinergia entre a diversidade de atores no território brasileiro**

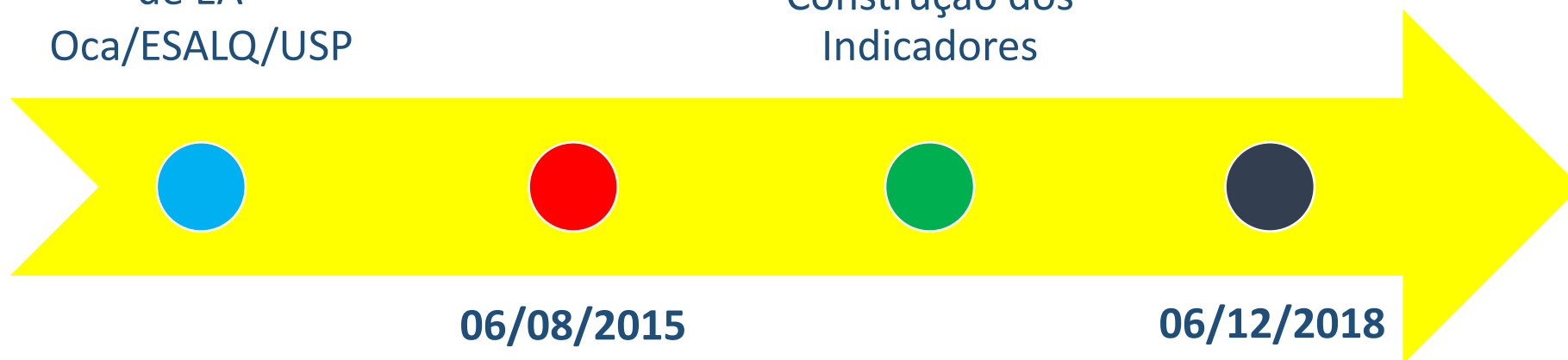
CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL

2014 - 2015

Diagnóstico
Participativo
sobre Políticas
Públicas
de EA –
Oca/ESALQ/USP

2016 - 2018

Processo
Participativo de
Construção dos
Indicadores



06/08/2015

Lançamento da
ANPPEA

06/12/2018

Lançamento
dos
Indicadores



articulação nacional de políticas
públicas de educação ambiental

Plataforma Brasileira de Monitoramento e Avaliação de Projetos e Políticas Públicas de Educação Ambiental

MonitoraEA

SECRETARIA EXECUTIVA DA ANPPEA



TIPOS DE INDICADORES QUE ADOTAMOS

INDICADORES DE PROCESSO (DESEMPENHO)

Sobre como é a realização das atividades.

INDICADORES DE RESULTADO

Expressam, direta ou indiretamente, os benefícios decorrentes das ações desenvolvidas.

INDICADORES DE IMPACTO

Abrangente , efeitos de médio e longo prazos.



- 25 Plano e Ferramenta de Comunicação
- 26 Interlocutores do processo de comunicação
- 27 Educomunicação / Comunicação Social

- 17 Instrumento legal da PPEA
- 18 Instrumento pedagógico de base
- 19 Gestão racional dos recursos naturais
- 20 Suporte orçamentária
- 21 Infraestrutura física
- 22 Estrutura organizacional
- 23 RH empregados
- 24 Monitoramento e avaliação da PPEA



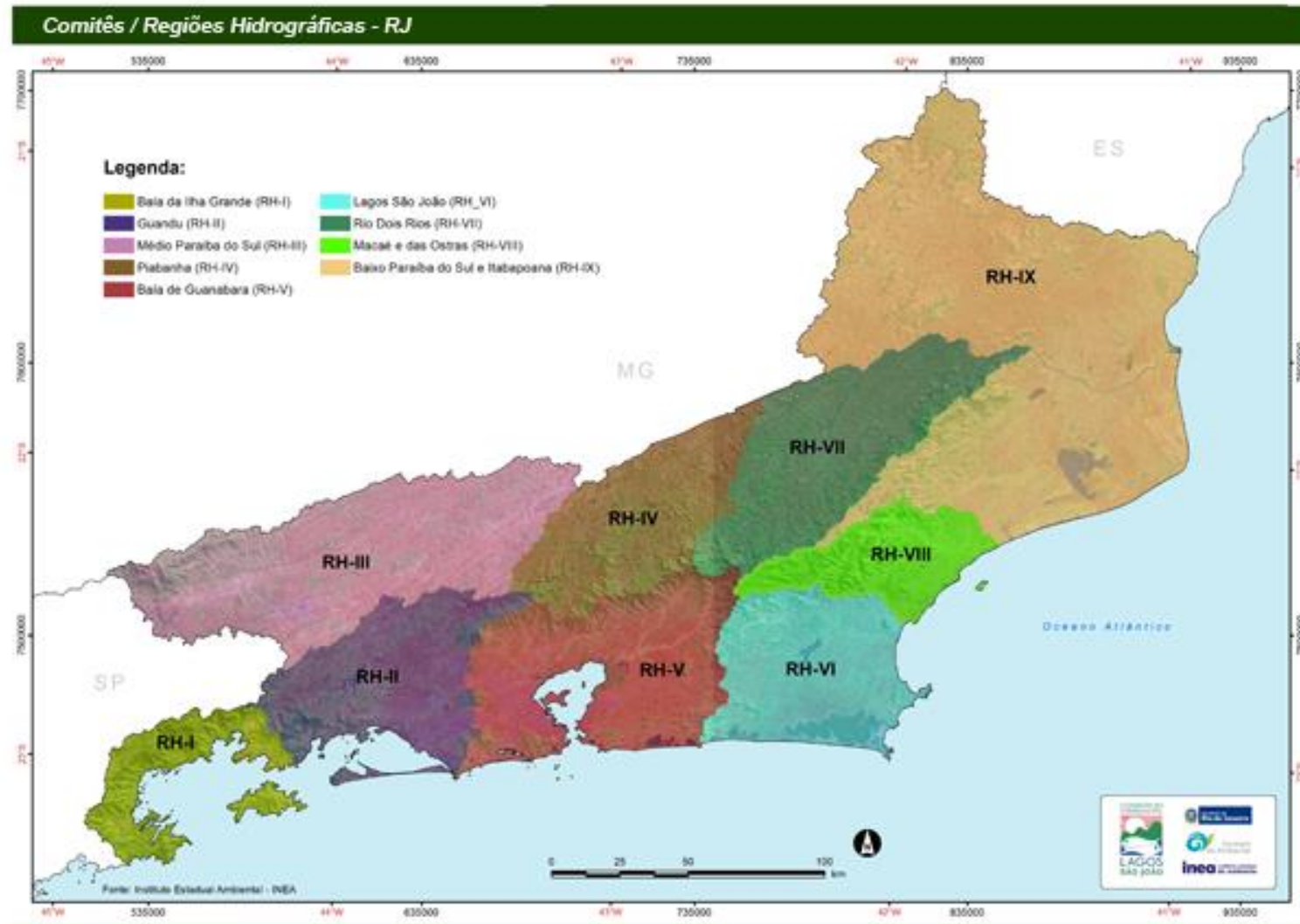
- 4 Processo Formação
- 5 Articulação teoria-prática
- 6 Diversidade de técnicas
- 7 Diversidade de atores
- 8 Avaliação dos processos

- 9 Intervenções socioambientais geradas

- 10 Elevação da autoestima
- 11 Laços e vínculos comunitários/sociais
- 12 Valorização da cultura
- 13 Articulação temática
- 14 Articulação de redes, movimentos e coletivos
- 15 Conexão com referências e doc. internacionais
- 16 Ações afirmativas

EXERCÍCIO

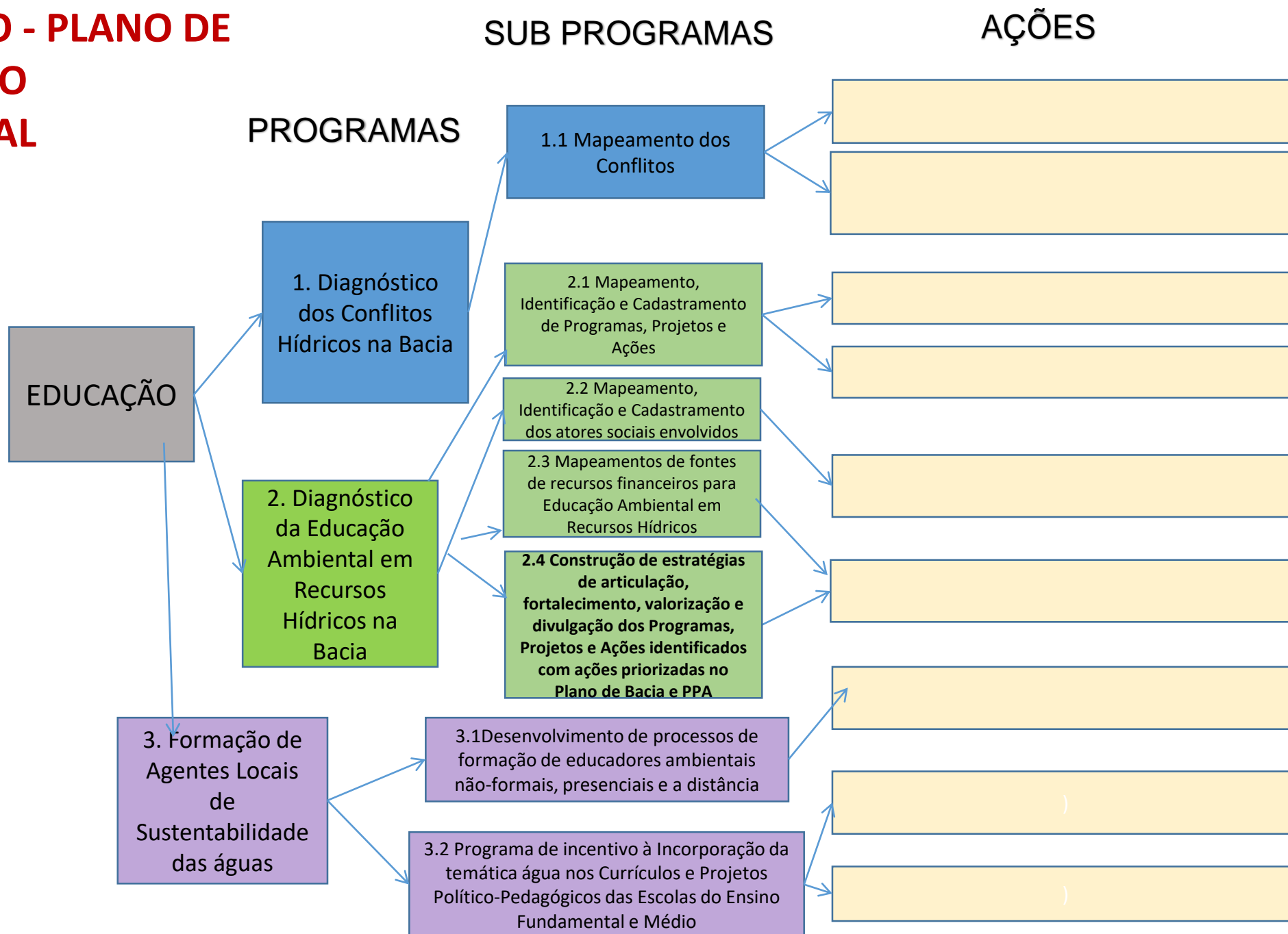
COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS RJ

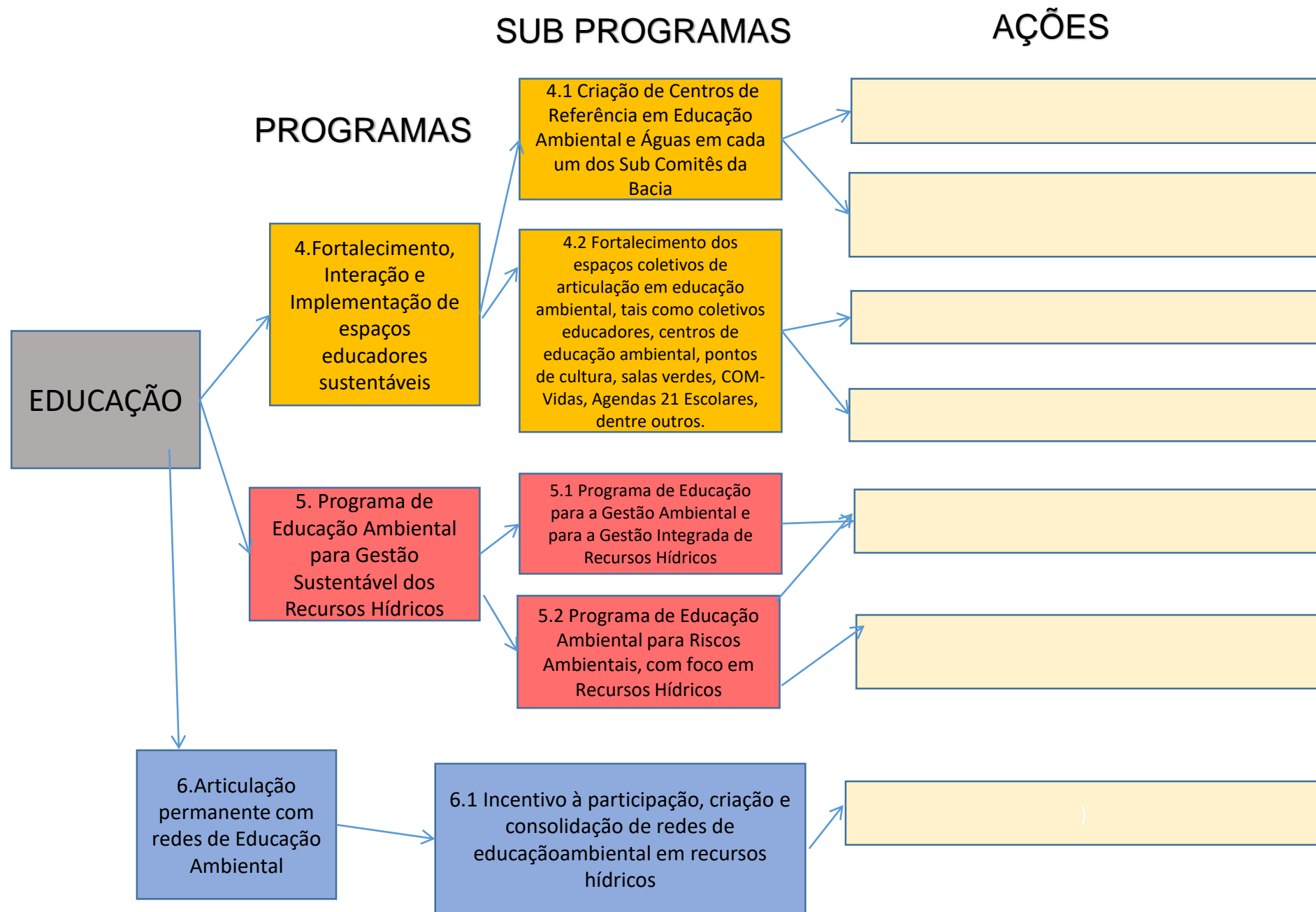


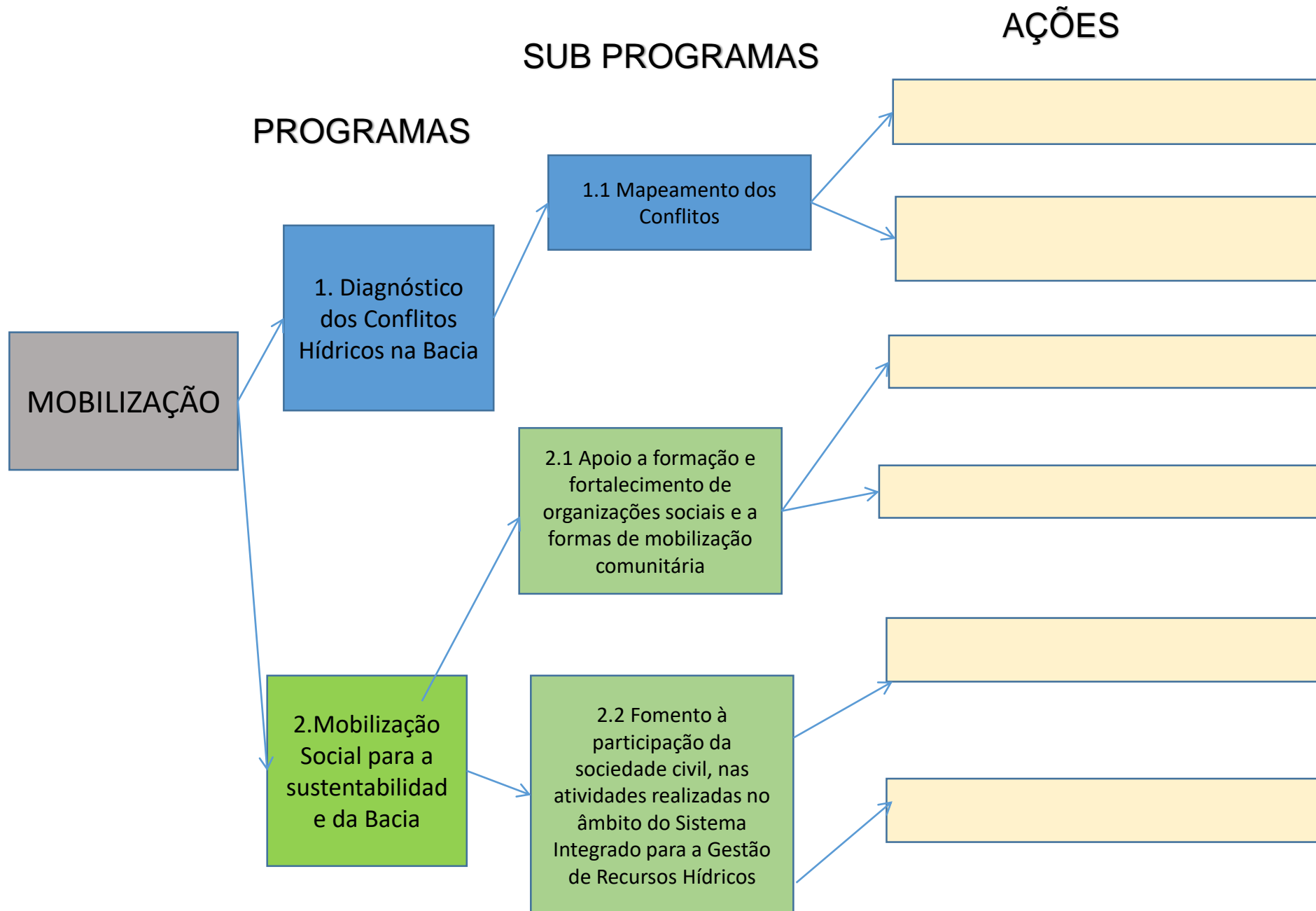
COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS RJ



EXERCÍCIO - PLANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL







 **OBJETIVOS** DE DESENVOLVIMENTO **SUSTENTAVEL**

